A Companhia efetuou reclassificações entre as linhas de receitas e despesas financeiras, somados conforme natureza, com o objetivo de evidenciar esses valores pelo líquido, visando aprimorar a comparabilidade das informações. Esses ajustes de reclassificação não possuem impacto no resultado ou no patrimônio líquido.

Política contábil: O resultado financeiro pode ser subdividido em dois grandes grupos.
Resultado financeiro estrutural: Compreende as receitas e despesas financeiras reconhecidas no resultado do período, incluindo, entre outras, receitas de juros auferidas sobre aplicações financeiras, variações monetárias e cambiais ativas e passivas, despesas com juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos e encargos financeiros diversos. As receitas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva, quando aplicável, enquanto as despesas financeiras são apropriadas ao resultado conforme incorridas.
Resultado de instrumentos financeiros de proteção econômica (derivativos): Compreende os ganhos e perdas decorrentes da mensuração e liquidação de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos futuros, opções e swaps, com o objetivo de gerenciar sua exposição a riscos de mercado, principalmente relacionados a variações de preços de commodities, taxas de juros e taxas de câmbio.
Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, subsequentemente, mensurados ao valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica de resultado financeiro. Os ganhos e perdas realizados na liquidação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as variações não realizadas decorrentes da mensuração a valor justo na data-base das demonstrações financeiras, são reconhecidos no resultado financeiro do período em que ocorrem.

26. Imposto de renda e contribuição social: 26.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social: A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Relativos à imposto de renda e contribuição social correntes	**(129.068)**	(134.164)	**(132.865)**	(138.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição/reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	**(96.797)**	(104.852)	**(94.460)**	(105.806)
Resultado de I.R. e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	**(225.865)**	(239.016)	**(227.325)**	(244.661)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro líquido contábil, antes dos impostos pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	**1.041.532**	997.639	**1.036.024**	1.001.026
Alíquota vigente	**(34%)**	(34%)	**(34%)**	(34%)
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(354.121)**	(339.197)	**(352.248)**	(340.349)
Reconciliação da alíquota efetiva:				
Subvenção para investimentos	**110.520**	94.566	**110.520**	94.566
Distribuição de dividendos pagos da conta de reserva para incentivos fiscais	**-**	(9.949)	**-**	(9.949)
Stock Options	**(1.784)**	(6.229)	**(1.784)**	(6.229)
Ativo Ambiental (CBIO)	**3.793**	-	**3.793**	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	**(11.949)**	18.493	**-**	-
Provisão Imposto sobre lucro auferido no exterior (TBU) e *Transfer Pricing*	**14.420**	(17.961)	**-**	-
Outros	**13.256**	21.261	**13.256**	21.261
Efeito de controladas tributadas pelo Lucro Presumido	**-**	-	**(862)**	(3.961)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(225.865)**	(239.016)	**(227.325)**	(244.661)
Alíquota efetiva	**(21,69%)**	(23,96%)	**(21,94%)**	(24,44%)

26.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Provisão para litígios	**1.780**	2.266	**1.780**	2.266
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	**19.980**	11.509	**23.559**	13.075
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	**(25.875)**	64.882	**(25.668)**	64.882
Ajuste valor justo de estoques	**(41.199)**	(61.755)	**(41.199)**	(61.755)
Diferença de taxas de depreciação	**(63.403)**	(44.251)	**(63.403)**	(44.251)
Ativo imobilizado - custo atribuído	**(38)**	(360)	**(38)**	(360)
Outras diferenças temporárias	**(757)**	419	**(1.385)**	(326)
Prej. fiscal e base negativa de contrib. social	**117.132**	181.924	**117.132**	181.924
Prejuízo Fiscal de controlada no exterior - 3T International S.A.	**14.420**	-	**14.420**	-
Provisão para participação nos resultados	**12.824**	11.934	**12.824**	11.934
Arrendamentos	**597**	470	**597**	470
Impostos diferidos, líquidos	**35.461**	**167.038**	**38.619**	**167.859**

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.
Imposto diferido sobre diferenças temporárias: A realização do ativo diferido sobre diferenças temporárias ocorre conforme as diferenças temporárias são realizadas de acordo com a natureza de cada saldo. A maior diferença temporária registrada refere-se ao ajuste a valor justo de commodities e outros estoques, o qual se realiza no ativo à medida que o estoque é transformado e vendido, e no passivo conforme a fixação de preço ocorre.
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ativo fiscal diferido constituído sobre prejuízos fiscais de duas naturezas distintas, cuja realização está suportada por projeções de resultados /tributáveis futuros e expectativa de compensação conforme segue:

	Até um ano	Entre um e cinco anos	Total
Prejuízo Fiscal da controladora-Três Tentos Agroindustrial S.A.	103.227	13.905	117.132
Prejuízo Fiscal de controlada no exterior-3T *International* S.A.	14.420	-	14.420
Total	**117.647**	**13.905**	**131.552**

Ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social da Controladora Três Tentos Agroindustrial S.A.: Esse saldo refere-se a prejuízo fiscal originado em exercícios anteriores que vem sendo utilizado na compensação da base positiva de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Revisamos a expectativa de realização do ativo diferido reconhecido, conforme crescimento esperado para a Companhia nos próximos anos. Esse saldo não possui prazo de prescrição conforme legislação vigente. O valor remanescente de R$ 117.132, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2025, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros, conforme as projeções da Companhia.
Ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal originado da Controlada no Exterior 3T International S.A.: Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido na controladora imposto diferido sobre prejuízo fiscal originado na controlada no exterior 3T *International* S.A. Os prejuízos apurados por controladas no exterior não podem ser compensados com lucros tributáveis auferidos no Brasil no período de sua ocorrência, nos termos do art. 25, §5º, da Lei nº 9.249/1995, devendo ser controlados de forma individualizada por investida para compensação exclusiva com lucros futuros da mesma controlada, conforme art. 79, II, da Lei nº 12.973/2014 e art. 14, II, da IN RFB nº 1.520/2014. Assim, a Companhia mantém o respectivo controle do prejuízo, sem impacto imediato na apuração do lucro real no Brasil, e realizará sua compensação quando a mesma controlada vier a apurar lucros tributáveis. Esse saldo possui prazo de prescrição de dois anos conforme legislação vigente. O valor de R$ 14.420, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2025, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros da controlada, conforme as projeções financeiras.
Política contábil: Imposto de renda e contribuição social correntes: Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, com base nas alíquotas e na legislação fiscal em vigor ou substancialmente em vigor na data de encerramento do exercício. A Administração avalia periodicamente as posições fiscais adotadas pela Companhia, especialmente nas situações em que a legislação tributária requer interpretação, reconhecendo provisões para contingências fiscais quando apropriado. O imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240, enquanto a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9%, ambos reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, bem como as exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, para fins de apuração do lucro tributável corrente, dão origem a créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações de tributos e os valores passíveis de compensação são apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. Algumas controladas da Companhia estão enquadradas no regime de lucro presumido, sendo o imposto de renda e a contribuição social apurados mediante a aplicação dos percentuais definidos na legislação vigente sobre a receita bruta auferida, conforme a natureza de suas atividades, acrescida de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital, quando aplicável. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como não circulantes e mensurados com base nas alíquotas esperadas para os períodos em que os ativos serão realizados ou os passivos liquidados, considerando a legislação fiscal vigente ou substancialmente vigente na data de encerramento do exercício. Os tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias existentes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para permitir sua realização. A expectativa de lucros tributáveis futuros é determinada com base, principalmente, na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes e nas projeções constantes dos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada data de balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável sua realização. Ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos ou baixados são reavaliados e reconhecidos quando se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão sua recuperação.
Incertezas sobre premissas e estimativas: Existem incertezas relevantes relacionadas à interpretação de legislações tributárias complexas, incluindo aquelas associadas às subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, bem como quanto ao valor e ao momento de realização dos resultados tributáveis futuros. Considerando a complexidade da legislação tributária, a natureza de longo prazo de determinados instrumentos contratuais e a possibilidade de mudanças nas premissas adotadas, diferenças entre os resultados efetivamente realizados e as estimativas podem resultar na necessidade de ajustes futuros nos valores de imposto de renda e contribuição social já reconhecidos. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia considera os efeitos das incertezas relacionadas às posições fiscais adotadas, avaliando a necessidade de reconhecimento de provisões com base em diversos fatores, incluindo interpretações da legislação vigente e opiniões de assessores jurídicos especializados. A Administração entende que as provisões registradas refletem adequadamente os riscos fiscais existentes. A Companhia constitui provisões para contingências tributárias com base em estimativas consideradas apropriadas, levando em conta, entre outros fatores, a experiência em fiscalizações anteriores, bem como interpretações divergentes da legislação tributária por parte da Companhia e das autoridades fiscais competentes. Conforme divulgado na nota explicativa 27, a Companhia revisou sua estratégia de utilização de subvenções governamentais em decorrência de alterações na legislação aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024, contando com o suporte de seus assessores jurídicos. Com base nas informações disponíveis e nas avaliações jurídicas realizadas, a Administração entende que as chances de êxito são prováveis em eventual questionamento por parte das autoridades fiscais quanto aos valores excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Dessa forma, em conformidade com o CPC 32 / IAS 12 e a ICPC 22 / IFRIC 23, não foi constituída provisão para perdas relacionada a esse assunto. A Companhia reconhece ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos requer julgamento significativo da Administração, especialmente quanto à probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções orçamentárias, estratégias de planejamento tributário e as incertezas inerentes ao ambiente econômico e regulatório. As premissas utilizadas na mensuração do lucro tributável futuro baseiam-se, principalmente, no orçamento aprovado pela Administração para o exercício subsequente, complementado por análises históricas de desempenho, que auxiliam na avaliação dos efeitos da sazonalidade sobre os resultados da Companhia.

27. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a: *Incentivo fiscal estadual - Crédito presumido de ICMS:* A Companhia apura crédito presumido de ICMS sobre as operações de venda, no Estado do Rio Grande do Sul conforme decreto 37.699/97 calculado com base em 66,67% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel. Crédito outorgado no estado do Mato Grosso, conforme decreto 2.212/2024 e regulamentada pelo Condeprodemat resolução 041/2019 calculado com base em 75% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, 70% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de subprodutos da fabricação do biodiesel, 41,67% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de óleo degomado de soja e 50% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de farelo e casca de soja. Os valores apurados a título de incentivo são deduzidos na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Para utilização do crédito outorgado do Mato Grosso a Companhia contribui em 6% para FUNDES e 1% para FUNDED sobre o valor do crédito utilizado para subprodutos da fabricação do Biodiesel e contribui em 4% para FUNDES e 1% para FUNDED sobre o valor do crédito utilizado no Biodiesel. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado do Mandado de Segurança no qual foi reconhecido que os valores relativos ao crédito presumido de ICMS não integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS ofenderia o princípio do pacto federativo. *Incentivo fiscal federal - Crédito presumido de PIS e COFINS:* A Companhia apura crédito presumido de PIS e COFINS, conforme Lei Federal 12.865 de 10/10/2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado por meio da receita de venda de cada produto. No que diz respeito a sua natureza, os créditos presumidos de PIS e COFINS possuem a natureza de subvenção para custeio. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de PIS e COFINS a recuperar em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. No quadro abaixo segue detalhamento dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Incentivos	31/12/2025	31/12/2024
Crédito presumido de ICMS sobre farelo e biodiesel	**325.058**	278.135
Total incentivos fiscais estaduais	**325.058**	278.135
Efeito da exclusão no IRPJ/CSLL - 34% (Nota explicativa 26)	**110.520**	94.566
Créditos presumidos de PIS/COFINS sobre industrialização de soja	**217.584**	188.360
Total incentivos fiscais federais	**217.584**	188.360
Total	**542.642**	466.495

Política contábil: As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições a elas associadas e de que os benefícios econômicos correspondentes serão efetivamente recebidos. Quando as subvenções governamentais estiverem relacionadas a itens de despesa, tais benefícios são reconhecidos no resultado de forma sistemática e racional ao longo dos períodos em que as despesas correspondentes são incorridas, de modo a confrontar adequadamente os custos que se propõem a compensar. O efeito das subvenções governamentais reconhecido no resultado do exercício é apresentado de forma líquida das despesas às quais se relacionam. Especificamente: • os créditos presumidos de ICMS, PIS e COFINS, bem como as isenções e reduções de base de cálculo de ICMS, são apresentados como redução dos impostos incidentes sobre as vendas, compondo, portanto, a rubrica de receita operacional líquida; e • os incentivos fiscais relacionados ao diferimento de ICMS, vinculados à aquisição de determinados insumos e mercadorias, são apresentados como redutores do custo dos produtos vendidos.

28. Partes relacionadas: Alienação de investimento: Em novembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária de 25% no capital social da 4 Ventos Agroindustrial S.A. à sua controladora, Sinuelo Participações Ltda., pelo montante total de R$ 40.000. A transação foi realizada em condições pactuadas entre as partes relacionadas. O preço de alienação foi acordado para liquidação em 10 (dez) anos, com atualização monetária anual pelo IPCA. Até a data de sua liquidação, os saldos a receber decorrentes dessa operação eram mensurados ao valor atualizado, com reconhecimento dos efeitos da atualização monetária no resultado do período, e classificados no balanço patrimonial de acordo com seus respectivos prazos de vencimento. O saldo remanescente dessa transação foi integralmente liquidado em dezembro de 2025 (R$ 9.909 em 31 de dezembro de 2024). O efeito da atualização monetária pelo IPCA reconhecido no resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 419 (R$ 454 em 31 de dezembro de 2024).
Operações da atividade principal: As operações realizadas pela Companhia com partes relacionadas, no âmbito de sua atividade principal, são conduzidas em condições pactuadas entre as partes, observando as políticas comerciais, as condições de pagamento e os prazos usualmente praticados pela Companhia em transações similares com terceiros independentes. Os valores negociados seguem as tabelas de preços praticadas pela Companhia ou, quando aplicável, referências de mercado. As operações relacionadas à atividade principal estão segmentadas conforme descrito a seguir: **• Vendas de insumos e compra de grãos:** realizadas com as partes relacionadas João Osório Dumoncel e Luiz Osório Dumoncel - Parceria Agrícola Dumoncel (acionistas), bem como com demais administradores que exercem cargos de diretoria na Companhia. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia como receita e custo, conforme aplicável, e os direitos e obrigações decorrentes dessas transações estão registrados nas rubricas de contas a receber e contas a pagar, respectivamente. **• Exportação de *commodities*:** realizadas com a parte relacionada 3T *International* S.A.. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia como receita, e os direitos decorrentes dessas transações estão registrados na rubrica de contas a receber. **• Prestação de serviços financeiros:** realizadas entre as empresas Tentos Corretora de Seguros Ltda., Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Tentos Promotora de Vendas Ltda.. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia de acordo com a natureza das transações, e os respectivos direitos e obrigações estão registrados nas rubricas de contas a receber e contas a pagar. **• Prestação de serviços de transporte aéreo:** realizada com a parte relacionada Mates Locações Aéreas Ltda.. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, e as obrigações decorrentes dessas transações estão registradas na rubrica de contas a pagar. Os saldos em aberto, bem como as transações realizadas com partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber	**Contas a pagar**	**Contas a receber**	**Contas a pagar**
Parceria Agrícola Dumoncel	**62.126**	**-**	66.005	3.587
Demais administradores e suas empresas	**30**	**438**	603	360
3T International S.A.	**820.374**	**-**	612.262	-
Tentos S.A. Crédito, Financ. e Invest.	**5.556**	**12**	2.483	75
Sinuelo Participações Ltda.	**-**	**-**	9.909	-
Total circulante	**888.086**	**450**	691.262	4.022

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber	**Contas a pagar**	**Contas a receber**	**Contas a pagar**
Parceria Agrícola Dumoncel	**62.422**	**-**	66.005	3.587
Demais administradores e suas empresas	**470**	**438**	603	360
3T International S.A.	**-**	**-**	-	-
Tentos S.A. Crédito, Financ. e Invest.	**-**	**-**	-	-
Sinuelo Participações Ltda.	**-**	**-**	9.909	-
Total circulante	**62.892**	**438**	76.517	3.947

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Vendas	**Compras/ Serviços**	**Vendas**	**Compras/ Serviços**
Parceria Agrícola Dumoncel	**124.377**	**36.742**	116.517	53.369
Demais administradores e suas empresas	**2.026**	**4.648**	3.132	2.799
3T International S.A.	**6.736.198**	**-**	4.680.257	-
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	**100**	**-**	74	-
Tentos S.A. Crédito, Financ. e Invest.	**7.501**	**-**	4.657	-
Mates Locações Aéreas Ltda	**-**	**5.052**	-	587
Total	**6.870.202**	**46.442**	4.804.637	56.755

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Vendas	**Compras/ Serviços**	**Vendas**	**Compras/ Serviços**
Parceria Agrícola Dumoncel	**124.377**	**36.742**	116.517	53.369
Demais administradores e suas empresas	**2.128**	**4.716**	3.132	2.799
3T International S.A.	**-**	**-**	-	-
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	**-**	**-**	-	-
Tentos S.A. Crédito, Financ. e Invest.	**-**	**-**	-	-
Mates Locações Aéreas Ltda	**-**	**-**	-	-
Total	**126.505**	**41.458**	119.649	56.168

Reembolso de despesas: Os reembolsos de despesas realizados entre partes relacionadas decorrem de gastos incorridos no curso normal das operações, em benefício comum ou específico das partes envolvidas. Em 2025 a Controladora foi reembolsada pelo uso compartilhado de despesas operacionais como serviços de: RH, informática, vigilância, internet, entre outros, que totalizaram o montante de R$ 818 (R$ 337 em 2024). A Controladora não realizou operação de reembolso de despesas relacionadas ao uso de aeronaves com a Mates Locações Aéreas em 2025 (R$ 3.569 em 2024).
Honorários da Administração:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
a) Fixa (honorários)	**14.264**	**11.560**	**15.416**	**12.186**
Conselho de Administração	2.896	2.283	2.896	2.283
Diretoria Estatutária	6.395	5.539	7.547	6.165
Diretoria Não Estatutária	4.973	3.738	4.973	3.738
b) Variável (bônus)	**10.783**	**5.223**	**12.078**	**5.556**
Diretoria Estatutária	7.050	3.143	8.344	3.476
Diretoria Não Estatutária	3.733	2.080	3.734	2.080
c) Remuneração baseada em ações	**3.258**	**7.510**	**3.495**	**7.589**
Diretoria Estatutária	1.970	5.385	1.970	5.384
Diretoria Não Estatutária	1.288	2.125	1.525	2.205
Total	**28.305**	**24.293**	**30.989**	**25.331**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões) de ações, o que poderia resultar em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 20. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o novo plano de opção de compra de ações da Companhia, limitado a 2% (dois por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia na data da convocação da referida assembleia. Ainda, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi fixada a remuneração global anual da Diretoria Estatutária e Conselho de Administração para o exercício de 2025, estabelecendo-se o montante máximo de R$ 21.537 (R$ 18.983 em 2024).
Política contábil: Partes relacionadas: A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios, incluindo operações comerciais, financeiras, operacionais e societárias, as quais são conduzidas em conformidade com as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e em condições compatíveis com aquelas praticadas com terceiros independentes. Para fins das demonstrações financeiras, são consideradas partes relacionadas aquelas definidas pelo CPC 05 incluindo: **i.** Controladora, controladas diretas e indiretas e entidades sob controle comum; **ii.** coligadas e empreendimentos controlados em conjunto; **iii.** acionistas que exerçam controle ou influência significativa sobre a Companhia; **iv.** entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, incluindo aquelas destinadas à gestão financeira, captação de recursos ou suporte às operações; **v.** membros do pessoal-chave da administração, compreendendo os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e demais executivos com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia; e **vi.** familiares próximos dessas pessoas e entidades por elas controladas ou sob influência significativa. Os ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas são reconhecidos e mensurados de acordo com a natureza econômica das operações e em conformidade com os pronunciamentos técnicos aplicáveis. As condições financeiras, incluindo prazos, taxas, garantias e demais encargos, são estabelecidas com base em parâmetros de mercado ou em condições equivalentes às praticadas com terceiros independentes. Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas são apresentados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização ou liquidação. Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração compreende salários, benefícios de curto prazo, remuneração variável, bônus e outros benefícios aprovados pelos órgãos de governança competentes, sendo reconhecida no resultado do exercício conforme incorrida. Acordos de pagamento baseado em ações: O valor justo, determinado na data de outorga, dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com o correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que os empregados adquirem, de forma incondicional, o direito aos respectivos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado ao longo do período de aquisição para refletir a melhor estimativa do número de prêmios para os quais se espera que as condições de serviço e, quando aplicável, de desempenho sejam atendidas, de modo que o valor final reconhecido como despesa corresponda ao número de prêmios que efetivamente satisfaçam tais condições na data de aquisição dos direitos *(vesting date)*.

29.Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa:

	Controladora		Controladora	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Transações que não envolveram caixa no período				
Aquisição de imobiliz. via fornecedores a pagar	**74.065**	76.247	**74.065**	76.248
Aquisição de intang. via fornecedores a pagar	**104**	-	**104**	-

30. Eventos Subsequentes: Em 13 de janeiro de 2026, foram pagos dividendos intercalares referentes ao exercício de 2025 no montante de R$ 91.015 equivalentes a R$ 0,182219167 por ação, calculados após a dedução das ações mantidas em tesouraria na presente data. A destinação do dividendo ocorreu conforme descrito na nota explicativa 18. O dividendo foi aprovado em assembleia geral extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Três Tentos Agroindustrial S.A.
Santa Bárbara do Sul - RS
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Três Tentos Agroindustrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de ativos e passivos atrelados a commodities

Veja as Notas 5, 7, 8 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Principal assunto de auditoria: Em função da natureza de suas operações, a Companhia mantém transações ativas e passivas, tais como: estoques, cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo, que são atreladas a *commodities* e estão mensuradas pelo seu valor justo. A determinação do valor justo considera a política contábil da Companhia e utiliza premissas que estão sujeitas ao julgamento significativo da sua Administração, conforme descrito na nota 3.2. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação do valor justo dessas transações e ao impacto que eventuais mudanças na política contábil e nas premissas consideradas na mensuração desse valor teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.
Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:
- Obtenção do entendimento (i) do processo de definição e aplicação das políticas contábeis da Companhia para transações com *commodities*; e (ii) do processo de valorização dos ativos e passivos atrelados a commodities que são mensurados a valor justo;
- Avaliação se a classificação e a contabilização das transações com commodities foram baseadas nas políticas contábeis e diretrizes da Companhia, bem como nos requerimentos estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis;
- Avaliação, por amostragem, dos termos de contratos futuros de compra e venda de commodities e das cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), com o objetivo de avaliar os termos contratuais das commodities utilizadas na mensuração do valor justo de tais instrumentos;
- Avaliação, por amostragem, de transações de aquisições de commodities a fixar, com o objetivo de avaliar a quantidade a fixar das *commodities* utilizadas na mensuração do valor justo;
- Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, das premissas relacionadas ao preço das commodities, com base em informações de mercado, utilizado para cálculo do valor justo de estoques, cédulas de crédito dos produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração ao valor justo dos ativos e passivos atrelados a commodities, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria

continua ...